DocuSign Envelope ID: 4B31A21E-BC7A-4E2B-9EA4-A6C75467E22C

Adonai Química S.A. - CNPJ/MF 02.703.755/0001-88

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 *(Valores expressos em milhares reais) (As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)*

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas, A Administração da Adonai Química S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações financeiras, acompanhada do parecer dos Auditores Independentes, correspondentes aos exercícios findos em 31/12/2021 e de 2020, elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil. Nesta oportunidade a Presidência a Diretoria e a Administração da Adonai Química S.A. expressam os agradecimentos a todos aqueles que de alguma forma contribuíram à Companhia, possibilitando assim o sucesso da Adonai no mercado nacional e em especial reconhecemos as contribuições e confiança de nossos participantes, nossos acionistas, nossos clientes, nossos fornecedores, nossos parceiros, nossos funcionários e nossos colaboradores pelo empenho e dedicação, e em especial a Autoridade portuária Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP.

São Paulo, 27 de abril de 2022. **A Diretoria.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS

A T I V O	Notas	2021	2020
Circulante		**29.504**	**37.011**
Caixa e equivalentes de caixa	4	20.905	31.147
Clientes	5	5.114	4.414
Tributos a recuperar		1.233	-
Outros créditos		1.083	231
Despesas antecipadas		1.169	1.219
Não circulante		**217.508**	**203.347**
Partes relacionadas	6	28.242	19.977
Depósitos judiciais	14	1.376	1.620
Impostos diferidos	22.b	313	1.910
Imobilizado	7	1.159	838
Intangível	8	186.418	179.002
Total do ativo		**247.012**	**240.358**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante		**29.309**	**16.004**
Empréstimos e financiamentos	9	12.596	3.742
Fornecedores	10	4.500	2.171
Obrigações trabalhistas	11	1.657	1.361
Obrigações tributárias	11	2.943	3.250
Contas a pagar	12	1.463	1.374
Dividendos a pagar	15.3	5.079	2.999
Compromisso com poder concedente	13	1.071	1.107
Não circulante		**47.931**	**65.777**
Empréstimos e financiamentos	9	32.516	43.124
Provisão para contingências	14	2.012	7.879
Obrigações tributárias	11	5.342	7.279
Contas a pagar	12	762	9
Compromisso com poder concedente	13	7.299	7.486
Patrimônio líquido	**15**	**169.772**	**158.577**
Capital social		148.601	148.601
Reservas de lucros		21.171	9.976
Total do passivo e patrimônio líquido		**247.012**	**240.358**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Notas	2021	2020
Receita operacional líquida	**16**	**68.637**	**67.730**
(-) Custo de prestação de serviços	17	(38.460)	(36.791)
(=) Lucro bruto		**30.177**	**30.939**
(+/-) Despesas e receitas operacionais:			
Despesas administrativas e comerciais	18	(15.664)	(12.542)
Outras receitas/(despesas) operacionais	19	7.894	16.356
		(7.770)	**3.814**
(=) Lucro antes do resultado financeiro		**22.407**	**34.753**
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	20	(4.198)	(8.942)
Receitas financeiras	20	1.739	3.515
Variações cambiais líquidas	20	3	(260)
		(2.456)	**(5.687)**
(=) Resultado antes das provisões tributárias		**19.951**	**29.066**
Imposto de Renda e Cotribuição Social corrente	22.a	(3.672)	(6.630)
Imposto de Renda e Cotribuição Social diferido		(1.597)	(2.858)
		(5.269)	**(9.488)**
(=) Lucro líquido do exercício		**14.682**	**19.578**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	14.682	19.578
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	**14.682**	**19.578**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital subscrito	Capital a integralizar	Capital social	Reserva legal	Reserva especial	Reserva de lucros	Prejuízos e prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**150.000**	**(1.399)**	**148.601**	**-**	**-**	**-**	**(6.603)**	**141.998**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	19.578	-	19.578
Absorção de prejuízos	-	-	-	-	-	(6.603)	6.603	-
Constituição de reservas	-	-	-	979	900	(1.879)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(2.999)	-	(2.999)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**150.000**	**(1.399)**	**148.601**	**979**	**900**	**8.097**	**-**	**158.577**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	14.682	14.682
Constituição de reservas	-	-	-	734	1.046	12.902	(14.682)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(3.487)	-	(3.487)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**150.000**	**(1.399)**	**148.601**	**1.713**	**1.946**	**17.512**	**-**	**169.772**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	2021	2020
Das atividades operacionais		
Resultado líquido antes das provisões tributárias	19.950	29.066
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	9.504	8.995
Resultado na venda ou baixa de ativos imobilizados e intangíveis	4	8
Juros e variações monetárias líquidas s/mútuos	(170)	(103)
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas	3.131	4.248
Provisao/(estorno) para demandas judiciais	(5.867)	1.192
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(27)	(3.318)
Decréscimo (acréscimo) em ativos		
Contas a receber de clientes	(672)	72
Tributos a recuperar	(1.233)	95
Outros créditos	(852)	855
Despesas antecipadas	50	(190)
Depositos judiciais	244	(310)
(Decréscimo) acréscimo em passivos		
Fornecedores	2.329	(1.926)
Obrigações trabalhistas e tributárias	(1.948)	6.996
Outras contas a pagar	841	314
Compromisso com poder concedente	(224)	(24)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**25.060**	**45.970**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.672)	(6.630)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**21.388**	**39.340**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizados e intangíveis	(17.244)	(8.298)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(17.244)**	**(8.298)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(6.297)	(93.595)
Ingressos de empréstimos e financiamentos	1.412	89.156
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(4.885)**	**(4.439)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos com acionistas		
Mútuos concedidos ou pagos	(8.299)	(11.850)
Mútuos captados ou recebidos	205	14.985
Distribuição de dividendos	(1.407)	
Caixa líquido gerado/(utilizado) pelas atividades de financiamentos com acionistas	**(9.501)**	**3.135**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(10.242)**	**29.738**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	31.147	1.410
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	20.905	31.147
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(10.242)**	**29.738**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

1. Contexto operacional: A Adonai Química S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado e tem sua sede e foro na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, no 1306, 8o andar, sala 85, Vila Olímpia, CEP 04547-005 e filiais na Cidade de Santos, Terminal Adonai, Ilha do Barnabé e na Rua Quinze de Novembro. A Companhia foi constituída em 29 de junho de 1998, com propósito específico para os fins e efeitos de Concorrência no 27/97 Proaps no 24, celebrado pela Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), mediante contrato de arrendamento regendo a exploração de instalação portuária, com utilização de área sob a administração da Codesp, localizada na Ilha do Barnabé, na margem esquerda do Porto Organizado de Santos, constituída pela bacia do antigo tanque KE-4 (demolido), pelos tanques KE-1, KE-2, KE-3, KE-5, KE-6, BE-2, respectivas bacias de contenção e áreas adjacentes, envolvendo investimentos da arrendatária necessários à reforma, construção e operação na área de instalações portuária, para movimentação de granéis líquidos inflamáveis ou não. A Companhia detém o arrendamento para exploração de instalação portuária, quais sejam docas, cais, pontes e píers de atracação e acostagem, terrenos, edificações e vias de circulação interna, assim como infraestrutura de acesso aquaviário ao Porto, margem do rio e adjacências, canais de evolução e áreas de fundeio mantidas pela Codesp. O prazo de arrendamento era de 20 anos, renovável uma única vez, por igual período de tempo, conferindo o direito de operar o terminal contado a partir da data de assinatura do contrato de arrendamento. Em 21 de maio de 2007, a Companhia assinou o quinto instrumento de retificação, ratificação e aditamento do Contrato de Arrendamento no PRES/003.98, celebrado em 05 de fevereiro de 1998, nos termos do deliberado em reunião ordinária do Codesp no 1234 realizada em 24 de maio de 2006. Em julho de 2018, foi iniciada a construção da Bacia VII para ampliação do Terminal da Adonai em 16.900,00 m3 - distribuídos em 08 tanques. A atual ampliação comtempla, também, a construção de 2 dutos portuários, em Aço Inoxidável AISI-316L, com diâmetro de 8" (oito polegadas), ligando a Casa de Bombas da Bacia VII do Terminal ao Cais de Granéis Líquidos da Ilha Barnabé - Cais Bocaina e Cais São Paulo. Em 07 de dezembro de 2018, a Companhia assinou o sexto termo aditivo ao Contrato de Arrendamento no PRES/003.98, celebrado em 05 de fevereiro de 1998, passando a nova vigência do contrato de arrendamento até 10 de junho de 2043. Em 08 de novembro de 2019, foi obtido o alfandegamento da Bacia VII, conforme Ato Declaratório Executivo no 59, expedido pelo superintende regional da Receita Federal do Brasil na 8o região fiscal, publicado no DOU em 22 de novembro de 2019. Em 13 de agosto de 2021, a companhia assinou o sétimo termo aditivo ao Contrato de Arrendamento no PRES/003.98, celebrado em 05 de fevereiro de 1998, alterando o índice de correção contratual de IGPM para IPCA. Atualmente a Companhia conta com uma capacidade operacional instalada de 92.897,496 m³, distribuídos em 72 (setenta e dois) tanques para armazenagem, estocagem e movimentação de uma variedade de produtos líquidos inflamáveis, derivados de petróleo de classes I a III, e químicos classificados como A-1, incluindo derivados de petróleo, combustíveis, mistura óleo diesel, biodiesel, álcool, produtos químicos e semelhantes como etanol, soda cáustica, óleos vegetais e minerais, entre outros. A Companhia considerando ainda o seu plano de investimentos aprovados, e necessários à ampliação da capacidade estática de armazenagem e modernização das estruturas físicas do Terminal iniciou em fevereiro de 2021 a construção da Bacia VIII a qual terá a capacidade para armazenagem de mais 16.500,00 m3 - distribuídos em 5 tanques. A atual ampliação prevê, também, a construção de 2 Dutos Portuários, em Aço Inoxidável AISI-316L, com diâmetro de 8" (oito polegadas), ligando a Casa de Bombas da Bacia VIII do Terminal ao Cais de Granéis Líquidos da Ilha Barnabé - Cais Bocaina e Cais São Paulo. **1.1.** Os Impactos relacionados à pandemia Covid-19: Os anos de 2020 e 2021 se notabilizaram pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19), que provocou crises sanitária e econômico-financeira de alcance mundial, cujos efeitos ainda hoje são sentidos globalmente, inclusive no Brasil. Esses impactos impuseram à Adonai Química desafios de toda ordem - operacionais, administrativos e financeiros -, que a Companhia soube navegar a fim de manter a continuidade de seus negócios e a sua sólida saúde financeira, sem perder o foco na preservação da integridade física e mental de seus funcionários e terceirizados. Ao longo do exercício, a Companhia manteve seus negócios em plena operação, sem sofrer interrupções, paralisações ou suspensões de qualquer natureza, ao mesmo tempo, adotou medidas de preservação do caixa, Negociação com fornecedores e prestadores de serviço, fazendo a contenção de custos e despesas, bem como administrativas de simplificação e eficiência da estrutura organizacional. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1.** Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Sociedade em 27 de abril de 2022, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações. **2.2.** Base de apresentação: As demonstrações contábeis são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da perda estimada na liquidação de créditos duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. **2.3.** Moeda funcional: As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.4.** Conversão de moeda estrangeira: Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e nos encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas contábeis no resultado. **3. Sumário das principais práticas contábeis: a)** Reconhecimento da receita, custos e despesas: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. As receitas são apresentadas nos resultados dos exercícios pelo seu valor líquido, ou seja, excluem os impostos incidentes sobre elas e são reconhecidas com base nos serviços prestados, na sua efetiva prestação. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência sendo os custos compostos por custos portuários, custos de arrendamento, pessoal, encargos sociais, serviços de terceiros, manutenções, amortizações de ativos, entre outros insumos relacionados às operações portuárias, estão demonstradas separadamente das despesas operacionais, e são registradas no exercício em que incorrerem. **b)** Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa e saldos positivos em contas correntes mantidas junto às instituições financeiras. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações realizadas em investimentos com vencimento superior a três meses são classificadas como títulos e valores mobiliários, uma vez que possuem uma liquidez diferenciada. **c)** Contas a receber de clientes: As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. A Companhia adotou a mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos a mais de 120 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente. **d)** Imobilizado: O imobilizado é registrado pelo custo histórico de aquisição e/ou formação. As depreciações são computadas pelo método linear e reconhecidas no resultado do exercício de acordo com as taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 7 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens e o período de concessão diante a CODESP. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção e reparo somente serão capitalizados se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens foram prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Somente os bens não reversíveis ao concessionário, sem interferência do poder concedente podem ser classificados como Ativo Imobilizado e contabilizado de acordo com CPC 27 - Ativo Imobilizado. Os bens reversíveis adquiridos pela Companhia e vinculados à concessão são classificados como Infraestrutura da Concessão como Ativo Intangível. Os bens recebidos do poder concedente não devem ser contabilizados e classificados no imobilizado, pois são reversíveis ao final da concessão e não podem ser livremente negociados ou retidos pela Companhia. O poder concedente determina, porém, no Contrato de Concessão, que a Companhia deverá manter controle de inventário atualizado destes bens. **e)** Intangível: A Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada, bem como operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados. A amortização do ativo intangível representado pelo reconhecimento do direito de exploração da infraestrutura e os dispêndios realizados para ampliar esta estrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo de concessão. Considerando as características do contrato de concessão, a Companhia considera que não há consonância entre as premissas estabelecida no ICPC 01/IFRIC 12 (Contratos de concessão) e os contratos firmados com o poder concedente, portanto, a base para o registro do direito de concessão e da infraestrutura está em conformidade com o CPC 04 - Ativo Intangível. **f)** Direito de concessão (outorga) e Infraestrutura: A concessão obtida pela Companhia junto ao poder concedente se enquadra como um contrato de exploração. Dessa forma, o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, usando uma taxa de juros estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão. A infraestrutura não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços, sendo eles revertidos ao poder concedente no encerramento do respectivo contrato, sem direito a indenização. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. **g)** Impairment de ativos não financeiros: De acordo com as disposições do CPC 01 - Redução ao Valor recuperável de ativos, ativo imobilizado e ativo intangível são submetidos a testes de perda no valor recuperável sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperado. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de impairment em cada data de balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para impairment. Uma perda por impairment é reconhecida pelo montante em que o custo contábil do ativo excede seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2021 não foram identificados indicadores de impairment sobre esses ativos. **h)** Compromissos com o poder concedente: O poder concedente, estabelece no contrato de concessão que a Companhia pague uma contribuição fixa e outra variável durante todo o período de concessão. A contribuição fixa e variável está registrada sob a denominação "Compromissos com o poder concedente" no passivo circulante e não circulante, considerando os prazos de liquidação inferiores e superiores ao prazo de 1 ano, descontados a valor presente, amortizados pelas liquidações financeiras. **i)** Outorga: **i.1)** Outorga - Contribuição fixa: A contribuição fixa estabelecida no contrato de concessão é no valor de R$ 76 mil mensais, corrigidas pelo IGP-M anualmente. Esta obrigação foi registrada a valor presente a taxa de 10,00% aa. A contrapartida da atualização desta obrigação pela recomposição do valor presente e correção monetária, está relacionada diretamente ao direito de concessão, é registrada no resultado do exercício como despesa financeira. **i.2)** Outorga - Contribuição variável: A contribuição variável é calculada pela movimentação mensal por tonelada sobre a tarifa portuária vigente e pelo período de atracação dos navios no berço. **j)** Tributação: Impostos sobre as vendas: As receitas de vendas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições pelas seguintes alíquotas básicas: • Imposto Sobre Serviços (ISS) - alíquota de 5%; • Programa de Integração Social (PIS) - alíquota 1,65%; • Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS) - alíquota de 7,6%. Impostos sobre o lucro: Para os exercícios de 2021 e de 2020 o regime de tributação adotado pela Companhia foi o lucro Real mensal, aplicando-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. **k)** Ativos contingentes e provisão para demandas judiciais: A Sociedade reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi avaliada como provável pelos seus assessores legais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta, alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos são as seguintes: • Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; • Passivos: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis de desembolso de caixa futuro e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos avaliados como sendo de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos avaliados como de perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados. **l)** Fornecedores: Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal do negócio da Companhia. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os fornecedores são classificados no passivo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no passivo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos, variações monetárias ou cambiais. **m)** Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes): Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **n)** Instrumentos Financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado ("FVTPL"), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") e ao custo amortizado. Ativos e passivos financeiros - reconhecimento e desreconhecimento: A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Ativos financeiros - mensuração: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: • O ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; • Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir: • O ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; • Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo. Passivos financeiros - mensuração: Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros: Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. **o)** Novas normas, alterações e interpretações de normas: Não existem novas normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas pela Companhia que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa:

	2021	2020
Caixa	5	4
Bancos	1.351	10.027
Aplicações financeiras	19.549	21.116
	20.905	**31.147**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicação financeira de curto prazo, de alta liquidez, que é prontamente conversível em um montante conhecido de caixa e que está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. O saldo de aplicações financeiras está representado substancialmente por certificados de depósitos bancários, remunerados com base na variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Os certificados de depósitos bancários embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatados a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração. Em 2020 a empresa registrou o ganho referente cobrança de processo judicial de nº 1020952-19.2018.8.26.0562, que representou uma entrada de caixa na importância de R$ 21.061 líquido dos honorários de sucumbência.

5. Clientes:

	2021	2020
Clientes	5.114	4.442
(-) Perda estimada p/ crédito de liquidação duvidosa (1)	-	(28)
	5.114	**4.414**

5.1. A perda estimada com crédito de liquidação duvidosa teve redução significativa devido a recuperação dos créditos.

	2021	2020
Saldos iniciais	**(28)**	**(3.345)**
Perdas estimadas	-	(37)
Baixa por recebimento (NE 18)	28	3.354
Saldos finais	**-**	**(28)**

A abertura por vencimento do saldo a receber encontra-se demonstrado a seguir:

	2021	2020
A vencer	4.851	3.967
Vencidos de 1 a 120 dias	107	438
Vencidos a mais de 120 dias	156	37
	5.114	4.442

Os títulos vencidos a mais de 120 dias referem-se à retenção contratual do cliente Petrobrás. **6. Partes relacionadas:** São reportadas transações entre as empresas do Grupo de acordo com características acordadas entre as partes, as quais podem diferir das condições usuais de mercado.

Mútuos ativos	Prazo	2021	2020
Aba Infraestrutura e Logística (2)	Indeterminado	15.938	11.376
Alplana Adm e Incorp Ltda. (1)	8 anos	4.015	3.844
Adonai East (2)	Indeterminado	2.810	-
Argemil Arm. Gerais (2)	Indeterminado	722	-
Fca Com. Ext. e Logística Ltda. (2)	Indeterminado	4.757	4.757
		28.242	**19.977**

(1) As operações com partes relacionadas, celebradas por contrato de mútuo com pessoas ligadas, com amortizações periódicas, são corrigidas mensalmente à taxa de 100% do CDI; (2) As operações comuns de saldos entre partes relacionadas, em contas correntes de empresas coligadas e entre controladoras e suas controladas, sem vencimento predeterminado, não há incidência de encargos financeiros e cobrança de juros. Remuneração da Administração: Em 2021 e 2019, a remuneração da Diretoria e dos Administradores da Companhia é substancialmente composta por pró-labore:

	2021	2020
Remuneração da Administração	463	410
	463	**410**

7. Imobilizado:	Período de Depreciação	2021	2020
Computadores e periféricos	5 anos	1.740	1.246
Móveis e utensílios	10 anos	525	498
Veículos	5 anos	500	500
Imobilizado em andamento		64	-
Subtotal custo do ativo imobilizado		**2.829**	**2.244**
Depreciação acumulada		(1.670)	(1.406)
Ativo imobilizado líquido		**1.159**	**838**

Taxas de depreciação

A Companhia efetuou a revisão da amortização pelo prazo de concessão e a revisão da vida útil de seus principais ativos e concluiu que não existem diferenças relevantes na taxa de amortização/depreciação utilizadas atualmente. **7.1.** Movimentação do custo do ativo imobilizado:

Custo - 2021	2020	Adições	Baixas	2021
Computadores e periféricos	1.246	561	(68)	1.739
Imobilizado em andamento	-	64	-	64
Móveis e utensílios	498	94	(66)	526
Veículos	500	-	-	500
	2.244	**719**	**(134)**	**2.829**
Custo - 2020	**2019**	**Adições